



**DELIBERAÇÃO CIB-SUS/MG Nº, DE 15 DE MAIO DE 2024.**

Aprova as regras de financiamento da política continuada dos Centros de Referências para Imunobiológicos Especiais (CRIE) do Estado de Minas Gerais.

A Comissão Intergestores Bipartite do Sistema Único de Saúde do Estado de Minas Gerais - CIB-SUS/MG, no uso de suas atribuições que lhe conferem o art. 14-A da Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, e o art. 32 do Decreto Federal nº 7.508, de 28 de junho de 2011 e considerando:

- a Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes;
- a Lei Federal nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde/SUS e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde;
- a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993; e dá outras providências;
- o Decreto Federal nº 7.508, de 28 de junho de 2011, que regulamenta a Lei no 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências;
- o Decreto Estadual nº 48.600, de 10 de abril de 2023, que dispõe sobre as normas de transferência, controle e avaliação dos recursos financeiros repassados pelo Fundo Estadual de Saúde;
- a Portaria nº 48, de 28 de julho de 2004, que institui diretrizes gerais para funcionamento dos Centros de Referência para Imunobiológicos Especiais - CRIE, define as competências da Secretaria de Vigilância em Saúde, dos Estados, Distrito Federal e CRIE e dá outras providências.



**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE**

- o Manual dos Centros de Referência para Imunobiológicos Especiais – 6ª edição;
- a Deliberação CIB-SUS/MG nº 3.261, de 18 de novembro de 2020, que aprova a reestruturação da atenção às condições crônicas transmissíveis em serviços especializados, no âmbito do Sistema Único de Saúde de Minas Gerais (SUS/MG), nos termos que menciona, e dá outras providências;
- a Deliberação CIB-SUS/MG nº 3.451, de 15 de junho de 2021, que homologa a relação de municípios selecionados para credenciamento e aprova o repasse de incentivo financeiro aos municípios credenciados para os Serviços de Atenção Especializada Ampliados, nos termos da Deliberação CIBSUS/MG nº 3.261, de 18 de novembro de 2020, que aprova a reestruturação da atenção às condições crônicas transmissíveis em serviços especializados, no âmbito do Sistema Único de Saúde de Minas Gerais (SUS/MG);
- a Deliberação CIB-SUS/MG nº 4.007, de 09 de novembro de 2022, que aprova as competências e aprova o repasse financeiro para manutenção do Centro de Referências em Imunobiológicos Especiais Estadual, com gestão municipal de Belo Horizonte (CRIE Estadual – Belo Horizonte);
- a Resolução SES/MG nº 7.302, de 18 de novembro de 2020, que dispõe sobre a reestruturação da atenção às condições crônicas transmissíveis em serviços especializados, no âmbito do Sistema Único de Saúde de Minas Gerais (SUS/MG), divulga o Edital de Chamamento Público e dá outras providências;
- a Resolução SES/MG nº 7.550, de 15 de junho de 2021, que institui repasse de incentivo financeiro aos municípios selecionados para credenciamento dos Serviços de Atenção Especializada Ampliados, nos termos da Deliberação CIB-SUS/MG nº 3.261, de 18 de novembro de 2020, que aprova a reestruturação da atenção às condições crônicas transmissíveis em serviços especializados, no âmbito do Sistema Único de Saúde de Minas Gerais (SUS/MG);
- a Resolução SES/MG nº 8.443, de 09 de novembro de 2022, que dispõe sobre as competências e institui o repasse financeiro para a manutenção do Centro de Referências em Imunobiológicos Especiais Estadual, com gestão municipal de Belo Horizonte (CRIE Estadual – Belo Horizonte);
- a necessidade de reforçar o compromisso com a qualidade e eficiência dos serviços oferecidos, de fortalecer a rede de farmacovigilância em âmbito estadual, de ampliar o número de serviços para otimizar o atendimento à população, de reduzir o tempo de avaliação das solicitações de imunobiológicos especiais e das investigações de eventos supostamente atribuíveis à vacinação ou imunização (ESAVI), e de desenvolver uma política de qualificação das equipes técnicas municipais; e
- a aprovação da CIB-SUS/MG em sua 307ª Reunião Ordinária ocorrida em 15 de maio de 2024.



**DELIBERA:**

Art. 1º - Fica aprovado a criação da política continuada de custeio dos Centros de Referências para Imunobiológicos Especiais (CRIE) do Estado de Minas Gerais.

Art. 2º - São objetivos da política continuada dos CRIE:

- I - fortalecer a rede de farmacovigilância em âmbito estadual;
- II - ampliar o número de serviços para otimizar o atendimento à população;
- III - reduzir o tempo de avaliação das solicitações de imunobiológicos especiais e das investigações de eventos supostamente atribuíveis a vacinação ou imunização (ESAVI); e
- IV- desenvolver uma política de qualificação das equipes técnicas municipais.

Art. 3º - Para a definição dos valores anuais a serem destinados aos beneficiários, observou-se:

- I - a população da região assistida pelo CRIE, de acordo com dados do IBGE/2022, para cálculo dos valores de custeio;
- II - o CRIE que atende região de até 1.000.00 (um milhão) de habitantes, receberá R\$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais) para custeio;
- III - o CRIE que atende região de até 1.500.00 (um milhão e quinhentos) de habitantes, receberá R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) para custeio;
- IV - o CRIE que atende região de 1.500.00 (um milhão e quinhentos) de habitantes ou mais, receberá R\$ 700.000,00 (setecentos mil reais) para custeio;
- V - o CRIE Estadual, com gestão municipal de Belo Horizonte, receberá R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) para custeio;
- VI - os municípios beneficiários com a política continuada receberão R\$ 50.000 (cinquenta mil reais) de valores de capital.

Art. 4º - Para a definição dos beneficiários a serem contemplados por esta política continuada observou-se os seguintes critérios:

- I – municípios com serviços habilitados e que constam na lista nacional dos CRIE, disponível no site <https://www.gov.br/saude/pt-br/vacinacao/arquivos/relacao-nacional-dos-crie>;
- II – municípios habilitados como SAE-AMPLIADO, que possuem CRIE Macrorregional, nos termos da Deliberação CIB-SUS/MG nº 3.451, de 15 de junho de 2021; e



**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE**

III – serviço implementado e em funcionamento na data de publicação desta Deliberação, conforme avaliação da Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais.

Art. 5º - As regras para financiamento, com os valores, a dotação orçamentária, o período de monitoramento e o cronograma de vigência, estão previstos no Anexo Único desta Deliberação.

Art. 6º - Os Termos firmados sob esta Deliberação poderão ter um prazo máximo de vigência de sessenta meses, nos termos do Anexo Único desta Deliberação.

Art. 7º - Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 15 de maio de 2024.

**FÁBIO BACCHERETTI VITOR  
SECRETÁRIO DE ESTADO DE SAÚDE E  
COORDENADOR DA CIB-SUS/MG**

**ANEXO ÚNICO DA DELIBERAÇÃO CIB-SUS/MG Nº, DE 15 DE MAIO DE 2024**  
(disponível no sítio eletrônico [www.saude.mg.gov.br/cib](http://www.saude.mg.gov.br/cib) ).

**MINUTA CIB**



**RESOLUÇÃO SES/MG Nº, DE 15 DE MAIO DE 2024.**

Define as regras de financiamento da política continuada de financiamento dos Centros de Referências para Imunobiológicos Especiais (CRIE) do Estado de Minas Gerais instituída pela Deliberação CIB/SUS-MG nº, de de maio de 2024.

**O SECRETÁRIO DE ESTADO DE SAÚDE**, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 93, § 1º, da Constituição Estadual, e os incisos I e II, do artigo 43, da Lei Estadual nº 24.313, de 28 de abril de 2023 e, considerando:

- a Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

- a Lei Federal nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde/SUS e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde;

- a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993; e dá outras providências;

- o Decreto Federal nº 7.508, de 28 de junho de 2011, que regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências; e

- a Deliberação CIB-SUS/MG nº, de 15 de maio de 2024, que aprova as regras de financiamento da política continuada dos Centros de Referências para Imunobiológicos Especiais (CRIE) do Estado de Minas Gerais.

MINUTA CIB



**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE**

**RESOLVE:**

Art. 1º - Definir as regras de financiamento da política continuada dos Centros de Referências para Imunobiológicos Especiais (CRIE) do Estado de Minas Gerais, instituída pela Deliberação CIB/SUS-MG nº ,de 15 de maio de 2024, nos termos desta Resolução.

Art. 2º - Foram considerados como parâmetro para definição dos valores e beneficiários, os critérios estabelecidos no art.3º e 4º da Deliberação CIB-SUS/MG nº ,de 15 de maio de 2024.

Art. 3º - O recurso financeiro, para o ano de 2024, perfaz o valor de R\$ 4.550.000,00 (quatro milhões e quinhentos e cinquenta mil reais), que correrá por conta das dotações orçamentária nº 4291.10.305.063.4145.0001 334141 10.1; 4291.10.305.063.4145.0001 334541 10.1; 4291.10.305.063.4145.0001 444142 10.1; 4291.10.305.063.4145.0001 444542 10.1; 4291.10.305.063.4144.0001 444142 10.1; 4291.10.305.063.4144.0001 444542 10.1.

§ 1º - O recurso destinado para custeio é de R\$ 4.100.000,00 (quatro milhões e cem mil reais) e o valor de capital é de R\$ 450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil reais);

§ 2º - Os recursos financeiros serão transferidos anualmente, de acordo com a apuração das metas, do Fundo Estadual de Saúde para o Fundo Municipal de Saúde dos municípios, em conta específica destinada exclusivamente a este fim, para o objeto da política continuada dos Centros de Referência para Imunobiológicos Especiais (CRIE), visando o fortalecimento e qualificação dos processos de trabalho e das equipes dos CRIE e do SAE-AMPLIADO, para os CRIE Macrorregionais, e fortalecimento das atividades de imunização e do acompanhamento dos pacientes com condições clínicas especiais na atenção primária.

§ 3º - A relação dos beneficiários e respectivos valores individuais estão dispostos no Anexo I desta Resolução e serão revistos anualmente após o período de monitoramento.

Art. 4º - A Secretaria de Estado de Saúde possui a prerrogativa de divulgar, durante o período de vigência desta Resolução, novos editais para habilitação de Centros de Referências para Imunobiológicos Especiais (CRIE) em Minas Gerais, atualizando a lista de beneficiários e os valores pagos, para assistir as macrorregiões de saúde sem serviço de referência.

Art. 5º - Para fazer jus aos valores dispostos nesta Resolução, os beneficiários contemplados com o repasse do Fundo Estadual de Saúde deverão assinar Termo de Adesão, nos



**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE**

termos do Decreto Estadual nº 48.600/2023, em sistema eletrônico disponibilizado pela SES/MG, no prazo de até 30 dias corridos, a contar da disponibilização.

Art. 6º - Os indicadores e as regras de monitoramento estão estabelecidos no Anexo II desta Resolução.

Art. 7º - Os procedimentos para a verificação da adequada execução financeira observarão o disposto no Decreto Estadual nº 48.600/2023, e na Resolução SES/MG nº 8.879, de 17 de julho de 2023, ou em Regulamento (s) que vier (em) a substituí-lo(s), conforme o caso.

Parágrafo único – Os beneficiários deverão inserir e validar os dados referentes à prestação de contas no Sistema informatizado disponibilizado pela SES/MG, nos termos dos normativos vigentes.

Art. 8º - Sem prejuízo dos demais procedimentos de prestação de contas, acompanhamento, controle e avaliação previstos nesta Resolução, no Decreto Estadual nº 48.600/2023, a verificação da adequada aplicação dos recursos ao fim que se destina será realizada mediante a análise do cumprimento dos indicadores estabelecidos nesta Resolução (Anexo II).

§ 1º - Os indicadores dessa resolução serão:

- I – Centro de Referência para Imunobiológicos Especiais em funcionamento;
- II – dias com manutenção da equipe mínima do Centro de Referência para Imunobiológicos Especiais;
- III – tempo resposta entre solicitação e avaliação dos imunobiológicos especiais;
- IV – tempo de início da investigação dos casos graves ou óbitos dos ESAVI;
- V – atividades externas realizadas para treinamento e sensibilização dos serviços encaminhadores no território.

§ 2º – O valor a ser pago referente ao monitoramento do indicador considerará as faixas dos resultados alcançados, sendo:

- I – 0 a 30%: 0;
- II – acima de 30% até 40%: 40% do recurso referente ao indicador;
- III – acima de 40% até 50%: 50% do recurso referente ao indicador;
- IV – acima de 50% até 60%: 60% do recurso referente ao indicador;
- V – acima de 60% até 70%: 70% do recurso referente ao indicador;
- VI – acima de 70% até 80%: 80% do recurso referente ao indicador;



**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE**

VII – acima de 80%: 100% do recurso referente ao indicador.

§ 3º - O beneficiário que apresentar resultados abaixo de 50% em dois monitoramentos consecutivos terá o pagamento da parcela anual suspensa até que demonstre, em monitoramento subsequente, o cumprimento dos indicadores de forma satisfatória, ou seja, igual ou superior a 50%;

§ 4º - O cumprimento dos indicadores será verificado pela Diretoria de Vigilância de Doenças Transmissíveis e Imunização (DVEDI), por meio dos instrumentos elencados no Anexo II desta Resolução.

Art. 9º - As regras de financiamento e os respectivos valores dispostos nesta Resolução terão a vigência de 60 (sessenta) meses, devendo as diretrizes sobre competências futuras serem divulgadas em nova Resolução específica, conforme Lei Orçamentária Anual vigente.

Art. 10 - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 15 de maio de 2024.

**FÁBIO BACCHERETTI VITOR**  
**SECRETÁRIO DE ESTADO DE SAÚDE**

**ANEXOS I E II DA RESOLUÇÃO SES/MG Nº, DE 15 DE MAIO DE 2024 (disponível no  
sítio eletrônico [www.saude.mg.gov.br](http://www.saude.mg.gov.br)).**





**ANEXO I DA RESOLUÇÃO SES/MG Nº, DE 15 DE MAIO DE 2024.**

**Quadro 1 – Municípios beneficiados, serviços de referência e população de abrangência**

| <b>Município</b>  | <b>Serviço</b>                         | <b>População de abrangência</b> |
|-------------------|--|---------------------------------|
| Belo Horizonte    | CRIE Estadual, com gestão municipal    | 10.122.644 (1)                  |
| Divinópolis       | CRIE Macrorregional Oeste              | 1.288.118                       |
| Montes Claros     | CRIE Macrorregional Norte              | 1.612.749                       |
| Patos de Minas    | CRIE Macrorregional Noroeste           | 712.909                         |
| Teófilo Otoni (3) | CRIE Macrorregional Nordeste           | 774.768                         |
| Uberaba (3)       | CRIE Macrorregional Triângulo do Sul   | 787.105                         |
| Uberlândia        | CRIE Macrorregional Triângulo do Norte | 1.318.243                       |
| Juiz de Fora      | CRIE com gestão federal (2)            | 782.057                         |
| Ipatinga (3)      | CRIE Macrorregional Vale do Aço        | 790.925                         |
| Barbacena (4)     | CRIE Macrorregional Centro Sul         | 770.043                         |
| Varginha (4)      | CRIE Macrorregional Sul                | 891.396                         |
| Muriae (4)        | CRIE Macrorregional Sudeste            | 687.761 (5)                     |

(1) População total das macrorregiões de saúde sem CRIE de referência, sendo, portanto, assistidos pelo CRIE Estadual. As Macrorregiões são: Centro, Extremo Sul, Jequitinhonha, Leste, Leste do Sul e Sudoeste.

(2) CRIE com gestão do Hospital Universitário da UFJF, atende aos municípios da URS Juiz de Fora

(3) CRIE virtual/físico em fase de implementação

(4) CRIE não implantado

(5) Para o CRIE Macrorregional Sudeste, considerar-se-á as URS Leopoldina e Ubá

**Quadro 2 – Valores por beneficiário**

| <b>Município</b> | <b>População de abrangência</b> | <b>Custeio</b>      | <b>Capital</b>   |
|------------------|---------------------------------|---------------------|------------------|
| Belo Horizonte   | 10.122.644                      | R\$<br>1.000.000,00 | R\$<br>50.000,00 |



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

|                   |           |                     |                   |
|-------------------|-----------|---------------------|-------------------|
| Divinópolis       | 1.288.118 | R\$<br>500.000,00   | R\$<br>50.000,00  |
| Montes Claros     | 1.612.749 | R\$<br>700.000,00   | R\$<br>50.000,00  |
| Patos de Minas    | 712.909   | R\$<br>350.000,00   | R\$<br>50.000,00  |
| Teófilo Otoni (2) | 774.768   | R\$<br>350.000,00   | R\$<br>50.000,00  |
| Uberaba (2)       | 787.105   | R\$<br>350.000,00   | R\$<br>50.000,00  |
| Uberlândia        | 1.318.243 | R\$<br>500.000,00   | R\$<br>50.000,00  |
| Juiz de Fora (1)  | 782.057   | -                   | R\$<br>50.000,00  |
| Ipatinga (2)      | 790.925   | R\$<br>350.000,00   | R\$<br>50.000,00  |
| Barbacena (3)     | 770.043   | -                   | -                 |
| Varginha (3)      | 891.396   | -                   | -                 |
| Muriae (3)        | 687.781   | -                   | -                 |
| <b>Total</b>      |           | R\$<br>4.100.000,00 | R\$<br>450.000,00 |

(1) O Município com serviço de gestão federal receberá somente recurso de capital

(2) Os Municípios que estão implementando o serviço receberão os valores de custeio e capital, uma vez que estão contratando os profissionais e já realizam os serviços do CRIE físico ou virtual ou vigilância dos ESAVI

(3) Os Municípios que não implantaram o serviço não receberão em 2024, mas serão monitorados e estarão aptos a receberem nos próximos anos se demonstrarem a implementação do serviço



ANEXO II DA RESOLUÇÃO SES/MG Nº, DE 15 DE MAIO DE 2024.

INDICADORES E MONITORAMENTO

Os indicadores e metas pactuados para a política continuada dos CRIE possuem a finalidade de avaliar a qualidade do serviço efetivamente prestado. Esse elenco de indicadores terá também como finalidade melhorar a eficiência na alocação de recursos, bem como permitir a revisão do repasse financeiro.

O Quadro 1 detalha os indicadores e metas para o CRIE, a partir dos quais será acompanhado o disposto nesta Resolução.

Quadro 1 – Indicadores e Metas para o CRIE

| Nº | Indicador  | Descrição  | Fórmula de Cálculo   | Fonte                                       | Meta |
|----|--|--|--|---|------|
| 1  | Centro de Referência para Imunobiológicos Especiais em funcionamento               | O indicador mensura se o CRIE esteve em funcionamento, em regime de porta aberta, no mínimo durante os dias úteis, excetuando-se finais de semana, recessos e feriados, durante o período de monitoramento                               | (Número de dias em funcionamento / Número total de dias úteis no período de monitoramento) x 100   | Relatório de Acompanhamento dos Indicadores | 100% |
| 2  | Manutenção da equipe mínima do Centro de Referência para Imunobiológicos Especiais | O indicador mensura se o CRIE esteve em funcionamento com a equipe mínima, conforme Portaria nº 48, de 28 de julho de 2004, durante o período de monitoramento. Avaliar-se-á a carga horária total e não o número absoluto de servidores | (Carga horária de servidores dedicados para trabalhar no CRIE / Carga horária de servidores necessários para compor equipe mínima) x 100 | Relatório de Acompanhamento dos Indicadores | 100% |



**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE**

|   |  |  |  |   |      |
|---|--|--|--|---|------|
| 3 | Tempo resposta entre solicitação e avaliação dos imunobiológicos especiais                                 | O indicador mensura o tempo médio de resposta das solicitações de imunobiológicos especiais realizadas no CRIE virtual, que deve ser de até 30 dias. Avaliar-se-á o tempo médio a partir da implementação do formulário eletrônico no território matriciado pelo CRIE                            | (Número de solicitações respondidas em tempo oportuno de até 30 dias/ Número total de solicitações respondidas ou ainda não avaliadas em 30 dias no serviço) x 100 | Relatório de Acompanhamento dos Indicadores | 100% |
| 4 | Tempo de início da investigação dos casos graves ou óbitos dos ESAVI                                       | O indicador mensura o tempo médio de início da investigação dos casos graves ou óbitos notificados de ESAVI no e-SUS Notifica, que deve ser de até 48 horas  | (Número de investigações iniciadas em tempo oportuno de até 48 horas / Número total de notificações realizadas de ESAVI) x 100                                     | Relatório de Acompanhamento dos Indicadores | 100% |
| 5 | Atividades externas realizadas para treinamento e sensibilização dos serviços encaminhadores no território | O indicador mensura se o CRIE realizou qualificações junto aos municípios da macrorregião ou ações de educação e sensibilização nos serviços de saúde para divulgação do CRIE. Deve-se realizar no mínimo uma qualificação para os municípios e uma ação de sensibilização nos serviços de saúde | (Número de qualificações e ações de sensibilização realizadas / Número de qualificações e sensibilização previstas para o período de monitoramento) x 100          | Relatório de Acompanhamento dos Indicadores | 100% |

**CÁLCULO DO REPASSE FINANCEIRO**

Em 2024, o valor pago será integral, conforme disposto no Anexo I. A partir dos monitoramentos, a contrapartida estadual será 100% variável, sendo que o valor efetivo de repasse depende do cumprimento das metas previstas nesta Resolução.

O resultado dos indicadores será aferido anualmente, no segundo bimestre de cada ano durante a vigência. O valor pago terá com referência a média dos cinco indicadores e as faixas apresentadas no art. 10 esta Resolução.

A resolução com os resultados do monitoramento e os valores a serem pagos aos beneficiários será pactuada em CIB/SUS até o final do primeiro semestre de cada ano durante a vigência.

**FLUXO DE MONITORAMENTO**

O modelo de Relatório de Acompanhamento dos Indicadores será divulgado aos beneficiários no primeiro bimestre do ano. As metas deverão ser apresentadas em CIB Macro, enviadas para a Diretoria de Vigilância de Doenças Transmissíveis e Imunização (DVIDTI) para emissão de parecer técnico, que posteriormente irá incluir os resultados no sistema SIGRES ou outro que vier a substituí-lo. Em caso de não cumprimento das metas previstas para cada indicador ou discordância do percentual de desempenho registrado no sistema, o beneficiário poderá solicitar recurso, no momento da validação de resultados, à Reunião Temática de Acompanhamento, conforme estabelecido na Resolução SES/MG nº 7.094, de 29 de abril de 2020.